COMUNICADO

A UNIFAL-MG ESTÁ EM GREVE. POR QUÊ?

No último dia 27 de outubro, os professores da UNIFAL-MG decidiram em assembleia geral deflagrar greve e aderir ao movimento unificado com estudantes e servidores técnico-administrativos na luta contra a PEC/241. Atualmente, a Proposta de Emenda à Constituição tramita no Senado Federal como PEC/55. Mas o que é esta PEC? Por que nos mobilizamos e lutamos contra ela?

Trata-se de uma Proposta de Emenda à Constituição criada pelo governo do atual presidente Michel Temer com o objetivo de estabelecer um limite aos investimentos públicos pelos próximos vinte anos, alterando dispositivos constitucionais fundamentais e implantando um novo regime fiscal para o Brasil. *A ideia do governo é criar um limite, isto é, um teto para os gastos públicos em despesas primárias. Isso significa que, de acordo com a PEC/55, o orçamento para o próximo ano de 2017 será exatamente o mesmo orçamento do ano anterior, corrigido apenas pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).* Isso até 2036. Em outras palavras, o orçamento da união não representará ganho real em investimentos para áreas fundamentais como a saúde e a educação.

Para atingir as metas fiscais, essa PEC/55 viola direitos fundamentais do povo brasileiro, retirando a obrigatoriedade constitucional do governo federal de investir uma porcentagem mínima de suas receitas líquidas em saúde e educação. Na história brasileira, isso ocorreu apenas duas vezes, ambas em períodos ditatoriais. Em 1937, durante o Estado Novo, e em 1964, durante a ditadura civil-militar.

Caso a PEC/55 seja aprovada, o governo estará desobrigado de garantir um investimento mínimo em saúde e educação, o que poderá colocar em risco o atendimento da população pelos serviços públicos, acarretando sucateamento de ambas as áreas. A medida diminui negativamente o tamanho do Estado, e retira dele o dever constitucional de garantir o bem-estar do povo brasileiro.

Entendemos que o Brasil passa por uma de suas piores crises, mas penalizar as classes menos favorecidas e que dependem dos serviços públicos e programas sociais mantidos pelo Estado, não é a melhor maneira de superá-la. Por isso, decidimos reagir nos mobilizando contra a PEC/55 e convocando toda a população de Alfenas a se juntar nessa luta unificada de professores, servidores técnico-administrativos e estudantes.

A greve que ora realizamos não é por salário, melhores condições de trabalho ou carreira. Ela é um movimento de resistência dos estudantes, trabalhadores e trabalhadoras da educação, a fim de mobilizar a população na luta e na defesa dos seus direitos por emprego, saúde e educação.

Se analisarmos a execução do orçamento geral da união em 2015, verificaremos – conforme a auditoria cidadã da dívida – que dos 2,268 trilhões de reais, 42,43% foram dedicados ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Por isso perguntamos: por que na PEC/55 não há limites de gastos previstos com juros e amortizações da dívida? Por que retirar direitos historicamente conquistados pelo povo brasileiro, previstos na Constituição de 1988, para garantir o pagamento da dívida, se mesmo instituições internacionais como o FMI não recomendam tais medidas?

Existem outras saídas?

Sim! Elas existem e é isso que o movimento unificado de greve da UNIFAL-MG quer discutir com toda a sociedade alfenense.

Nossa greve tem o objetivo primeiro de barrar a aprovação da PEC/55, porque ela retira direitos e coloca em risco a existência da educação pública – desde seu nível básico até o ensino superior – e do SUS (Sistema Único de Saúde) no Brasil. Em estudos já realizados por órgãos independentes, como o DIEESE, os dados levantados mostram que se a PEC/55 fosse aplicada no período de 2002 a 2015, a educação teria hoje um déficit de 378 bilhões, enquanto que a saúde apresentaria uma defasagem de 296 bilhões de reais em seu orçamento. Isso fatalmente teria impedido o acesso de milhões de brasileiros aos serviços de saúde e educação por mais de uma década. O que acontecerá se os investimentos públicos forem limitados por vinte anos? O futuro de uma geração inteira ficará comprometido.

Para impedir que isso aconteça, nós também defendemos outras formas de enfrentamento da crise pela qual passa o país e convidamos a sociedade

não apenas a resistir e a lutar contra a PEC/55, mas a discutir outras saídas possíveis e viáveis ao atual cenário da crise histórica que vivemos.

Nossa greve também repudia a Medida Provisória nº 746, recentemente publicada no Diário Oficial da União, que altera dispositivos essenciais do currículo do Ensino Médio. Dentre as alterações, está a retirada da obrigatoriedade de disciplinas como Filosofia, Artes, Sociologia e Educação Física, além de uma ampliação progressiva da carga horária que não condiz com a realidade de estudantes trabalhadores. A MP do Ensino Médio foi decretada sem consulta pública e não representa os anseios da população bem como não evidencia os posicionamentos dos especialistas em Educação, criando um ensino tecnocrático e engessado.

Assim, apresentamos como pauta do nosso movimento a ser debatida com a sociedade: **1) a suspensão imediata da PEC/55; 2) a necessidade de uma ampla reforma tributária, que não penalize os brasileiros com menor renda e que taxe o grande capital e as grandes fortunas; 3) a realização de uma auditoria interna da dívida pública brasileira; 4) a revogação da MP/746, que decreta a Reforma do Ensino Médio, e a abertura imediata do diálogo com a sociedade sobre qual Reforma realizar para o Ensino Médio.**

COMANDO UNIFICADO DE GREVE
Universidade Federal de Alfenas